

INGRESSO DE MULHERES NO TRABALHO PEDAGÓGICO NO BRASIL: ONDAS DO FEMINISMO E A EDUCAÇÃO

ENTRADA DE LAS MUJERES EN EL TRABAJO PEDAGÓGICO EN BRASIL: OLAS DE FEMINISMO Y EDUCACIÓN

WOMEN ENTERING THE PEDAGOGICAL WORK IN BRAZIL: WAVES OF FEMINISM AND EDUCATION



Luisa Palma MENEZES ¹
e-mail: luisa.menezes@acad.ufsm.br



Liliana Sores FERREIRA ²
e-mail: anailiferreira@yahoo.com.br

Como referenciar este artigo:

MENEZES, L. P.; FERREIRA, L. S. Ingresso de mulheres no trabalho pedagógico no Brasil: Ondas do feminismo e a educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 19, n. 00, e024103, 2024. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v19iesp.2.18668>



| **Submetido em:** 09/11/2023
| **Revisões requeridas em:** 23/01/2024
| **Aprovado em:** 07/03/2024
| **Publicado em:** 23/08/2024

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria – RS – Brasil. Mestranda em Educação (PPGE/UFSM) na linha de Pesquisa 2: Políticas públicas educacionais, práticas educativas e suas interfaces. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Maria/UFSM.

² Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria – RS – Brasil. Licenciada em Pedagogia e Letras, especialista em Literaturas em Língua Portuguesa, mestre em Educação, Dra. em Educação. Professora Titular Do Departamento De Fundamentos Da Educação (CE/UFSM).

RESUMO: Este artigo sistematiza a compreensão sobre a inserção das mulheres no trabalho pedagógico do Brasil através da análise histórica das ondas do feminismo embasada em estudos de artigos selecionados. Para a realização da pesquisa, optou-se pelo fundamento teórico - metodológico da Análise dos Movimentos de Sentidos (AMS) com o objetivo de compreender os sentidos que se evidenciam ao analisar o ingresso feminino no trabalho pedagógico por meio do movimento feminista. Dessa maneira, surge o questionamento: quais sentidos se evidenciam ao analisar, por meio das ondas do movimento feminista, o ingresso das mulheres no trabalho pedagógico do Brasil? O feminismo de primeira onda não foi descrito na época desta maneira, mas soube-se que as mulheres do século XIX buscaram seus direitos apropriando-se do que lhes foi atribuído. Já a segunda e terceira onda do feminismo passam a serem enunciadas como “ondas” e as mulheres buscaram alcançar cenários jamais antes pensados para elas.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Pedagógico. Ondas do Feminismo. Professoras.

RESUMEN: Este artículo sistematiza la comprensión de la inserción de las mujeres en el trabajo pedagógico en Brasil a través de un análisis histórico de las olas del feminismo a partir del estudio de artículos seleccionados. Para llevar a cabo la investigación, optamos por la fundamentación teórico-metodológica del Análisis de los Movimientos de Sentido (AMS) con el objetivo de comprender los significados que emergen al analizar la entrada de las mujeres en el trabajo pedagógico a través del movimiento feminista. Surge entonces la pregunta: ¿qué sentidos se evidencian al analizar la entrada de las mujeres en el trabajo pedagógico en Brasil a través de las olas del movimiento feminista? el feminismo de la primera ola no fue descrito de esta forma en la época, pero se sabía que las mujeres del siglo XIX buscaban sus derechos apropiándose de lo que les era asignado. La segunda y la tercera ola del feminismo, en cambio, fueron etiquetadas como "olas" y las mujeres buscaban alcanzar escenarios nunca antes pensados.

PALABRAS CLAVE: Trabajo pedagógico. Olas de feminismo. Profesoras.

ABSTRACT: This article systematizes the understanding of women's entry into pedagogical work in Brazil through a historical analysis of the waves of feminism based on studies of selected articles. In this study, we chose the theoretical-methodological foundation of Sense Movement Analysis (SMA) in order to understand the meanings that emerge when analyzing the entry of women into pedagogical work through the feminist movement. So, the question arises: what meanings are evident when analyzing, through the waves of the feminist movement, the entry of women into pedagogical work in Brazil? The first wave of feminism was not described in this way at the time, but it was known that women in the 19th century sought their rights by appropriating what was attributed to them. The second and third waves of feminism, on the other hand, are referred to as "waves", and women sought to achieve scenarios never before thought of for them.

KEYWORDS: Pedagogical Work. Waves of Feminism. Woman Teachers.

Introdução

A historicidade das mulheres no cenário educacional é descrita ora com relação ao espaço público sendo para “homens”; ora com a mulher sendo vocacionada e/ou possuidora do dom e missão para o trabalho pedagógico. Tendo em vista esse contexto, para apreender esta historicidade, realizou-se estudo sobre as ondas do movimento feminista no Brasil, que foram demarcadas historicamente como momentos fundamentais de reivindicações de direitos e conquistas das mulheres. De acordo com a doutora em Filosofia Zirbel (2021), “Onda do feminismo” é uma expressão que aparece, inicialmente, na obra de Martha Lear em 1968, em que ela escreve um artigo para o jornal New York Times dos Estados Unidos retratando o que ficou historicamente demarcado como segunda onda feminista. Ainda,

Algumas décadas depois, Rebecca Walker (1992) publicou o ensaio “Tornando-se a terceira onda”, no qual defendia que as lutas feministas estavam longe de acabar e comprometia-se em seguir com elas. A metáfora das ondas consolidou-se, então, como forma de nomear momentos de grande mobilização feminista (Zirbel, 2021, p. 10).

Nesse estudo, sistematizado no presente artigo, problematiza-se: quais sentidos se evidenciam ao analisar, por meio das ondas do movimento feminista, o ingresso das mulheres no trabalho pedagógico do Brasil?

Como sistematização do estudo realizado, este artigo objetiva apresentar a relação entre os movimentos do feminismo e a ocupação das mulheres em cenários que, historicamente, lhes foram atribuídos ou não. A análise foi realizada a partir do século XIX, no qual se deu o início da trajetória delas no Magistério. Após esse período, tornaram-se maioria como professoras da Educação Básica e acessaram cargos na Educação Superior.

Metodologicamente, aplicou-se para a produção, análise e sistematização dos dados a Análise dos Movimentos de Sentidos (AMS), um fundamento teórico-metodológico em desenvolvimento pela comunidade acadêmica Kairós. De acordo com Ferreira (2022), o foco da AMS está na análise dos discursos, os quais estão em movimento constante e indicam o lugar que os sujeitos ocupam na sociedade. O objetivo deste fundamento teórico é

[...] como a própria designação evidência, estudar os sentidos em suas variações, incidências, repetições, faltas e exageros, etc, ou seja, em seus movimentos. Metodologicamente, caracteriza-se como um estudo de linguagem, realizado com base em organização, reorganização, comparação, cotejamento e sistematização dos discursos (Ferreira; Braido; De Toni, 2020, p. 150).

Assim, em relação aos discursos, é necessária a organização dos instrumentos de análise para o desenvolvimento do estudo pelos pesquisadores (as). A organização dos dados pode acontecer por meio de “[...] tabelas, sínteses, esquemas, desenhos, quadros etc. Nestes instrumentos, vai-se compondo uma leitura aprofundada, na qual os sentidos se evidenciam como resultados da análise” (Ferreira; Braido; De Toni, 2020, p. 150). Dessa maneira, a Análise dos Movimentos de Sentidos implica em: “[...] interpretação, análise, compreensão, objetivando adentrar nos discursos, evidenciando sentidos que se confirmarão ou não, quando cotejados com outros” (Ferreira; Braido; De Toni, 2020, p. 150). Para este estudo, a técnica de produção de dados foi a revisão bibliográfica por meio de artigos e livros selecionados.

Inicialmente, realizou-se estudo bibliográfico. Foram selecionados autores e obras para adentrar-se no tema e dialogar com a pesquisa. À medida que a leitura acontecia, elaboraram-se sínteses para entender os sentidos em movimento. Seguiu-se uma elaboração, a qual exigiu aprofundar ainda temáticas, retornando-se a uma nova fase do estudo bibliográfico, agora mais denso. Ainda, descreve-se a compreensão de imaginários sociais atribuídos às mulheres que refletem atualmente na dificuldade que elas enfrentam em se apropriar como trabalhadoras pedagógicas.

Elaborou-se este artigo com três seções, interligadas semanticamente, que, em conjunto, desenvolvem os sentidos elaborados com a pesquisa. Inicia-se por uma descrição das mulheres e sua relação com o trabalho, a partir do século XIX. A seguir, descreve-se as ondas do feminismo e sua relação com a Educação e para finalizar, abordando, nesse contexto assim descrito, o trabalho pedagógico das mulheres. Encerra-se com considerações que objetivam alinhavar possibilidades para um debate acerca da temática e possibilitar que o estudo continue.

Mulheres (no plural) como categoria

Mulher, palavra de seis letras e com inúmeros significados, sendo o mais conhecido: “Ser humano do sexo feminino ou do gênero feminino”³. Além deste significado popular, há outro em que “mulher” é reconhecida socialmente: “Pessoa do sexo ou gênero feminino casada com outra pessoa, em relação a esta (ex.: *o padre declarou-os marido e mulher.*)”⁴. A histórica relação da dependência da mulher ao homem não está apenas vinculada ao termo, como no último significado apresentado, também está atrelada ao desenvolvimento da sociedade

³ "mulher", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/mulher>. Acesso em: 05 maio 2023.

⁴ "mulher", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/mulher>. Acesso em: 05 maio 2023.

machista, patriarcal e misógina, construída com argumentos que colocaram e, ainda, colocam as mulheres em situações de inferioridade e/ou de fragilidade. Essas condições parecem ter como suposto que a constituição feminina, ou seja, das mulheres, está histórico-socialmente atrelada aos imaginários sociais a elas atribuídos como instabilidade emocional, inferioridade intelectual e, na sua totalidade, a fragilidade

Homens são “naturalmente” superiores, mais fortes e mais racionais, por isso foram criados para dominar. Como resultado, homens são cidadãos políticos e representam e são responsáveis pelo sistema. Mulheres são “naturalmente” mais fracas, têm capacidade intelectual e racional inferior, são instáveis em termos emocionais e, portanto, incapazes de participação política. Elas ficam de fora do sistema (Lerner, 2022, p. 24).

Pondera-se sobre a complexibilidade de analisar de forma generalizada um conjunto de pessoas, ainda que do mesmo gênero, com essas características extremamente diferentes. Cada mulher pode estar relacionada a uma característica e posição social diferenciada: mãe, esposa, professora, negra, branca, militante, lésbica, transgênero, heterossexual etc. Estes são alguns exemplos apenas sobre uma categoria que se pode afirmar não ser singular. Portanto, esse reducionismo de “mulher” quando apresentado no singular não corresponde à totalidade do ser.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; “é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino” (Beauvoir, 1967, p. 9).

Ao colocar “mulher” em relevo entende-se, nesta pesquisa, as múltiplas dimensões de ser mulher, o que não corresponde categoricamente aos estudos de gênero, pois:

Pesquisadoras feministas usam gênero como o modelo explicativo para que se compreenda a subordinação e a opressão das mulheres em todo o mundo. De uma só vez, elas assumem a categoria “mulher” e sua subordinação como universais (Oyěwùmí, 2004, p. 98).

Dessa forma, ao singularizar um grupo de pessoas que representam inúmeras dimensões, está-se reiterando as possibilidades de opressão e, ao entender gênero como construção sociocultural, entende-se historicamente que houve a delimitação do feminino no tempo-espço da subordinação e reprodução, ou seja, de uma forma única de ser mulher: a esposa, mãe e do lar. Ademais, compreender essas diferentes formas de ser, ao colocar “mulher” como categoria central de análise está dialeticamente imbricada ao questionamento: o que não é ser mulher?

[...] Bem, crianças, atrevo-me a dizer algo sobre este assunto. Eu acho que quer os negros do Sul e as mulheres do Norte estão a falar sobre direitos, os homens brancos estarão em dificuldade em breve. Mas o que é isto que estão a falar? Esse homem aí há pouco disse que as mulheres precisam de ajuda para subir às carruagens e levantadas sobre as poças, e de me cederem os melhores lugares [...] e não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para os meus braços! (ela arregaçou a manga direita da camisa) [...] Eu lavrei, plantei e colhi para os celeiros e nenhum homem podia ajudar-me – e não sou eu uma mulher? Eu posso trabalhar tanto quanto qualquer homem (quando eu puder fazê-lo) e ser chicoteada também – e não sou eu uma mulher? Eu dei à luz cinco crianças e vi todas serem vendidas para a escravatura e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus ouviu – e não sou eu uma mulher? (Hooks, 1981, p. 115)⁵.

O recorte discursivo acima pode, quem sabe, fazer alusão ao pensamento de inúmeras mulheres, as quais, nesse caso, não agem devido às normas impostas e, desse modo, seguem o perfil atribuído historicamente de submissas e obedientes. Por essa razão, ao tratar mulheres como centralidade de estudo, necessita-se aprofundar o tema, pois diferentes lutas fundamentais, não apenas relacionadas ao gênero, ficaram marginalizadas. Scott (1990, p. 04) enfatiza que, no decorrer do desenvolvimento e debate em relação ao tema,

O modo como essa nova história iria simultaneamente incluir e apresentar a experiência das mulheres dependeria da maneira como o gênero fosse desenvolvido como categoria de análise. Aqui as analogias com a classe e a raça eram explícitas; com efeito, os (as) pesquisadores (as) de estudos sobre a mulher que tinham uma visão política mais global recorriam regularmente a três categorias para escrever uma nova história (Scott, 1990, p. 04).

Assim, classe, raça e gênero pautaram-se os estudos que até então se caracterizavam pela perspectiva reducionista singular, tornando-se, portanto, plurais e interseccionais. Em tal contexto, buscou-se compreender “mulheres” como categoria, não mais “a mulher”. Outro fator é a análise generalizada do que seria “coisa de mulher”, porque ao atribuir determinada “coisa” como sendo “de mulher” todas seriam capazes de fazer, sem considerar os fatores singulares de cada uma destas e o que as tornam diferentes umas das outras, reforçando concepções e estereótipos que acabaram por atribuir ao feminino características como: amorosidade, afetividade, fraqueza, sensibilidade, dependência, maternidade etc. Consequentemente, a atribuição generalizada às mulheres de feminilidade acarretou historicamente, e que reverbera hoje, em uma padronização do que elas podem ou não fazer, seja profissional ou

⁵ Discurso de Sojourner Truth, em 29 de maio de 1851, na Convenção pelos Direitos das Mulheres em Akron, Ohio, nos Estados Unidos, após a fala de um homem branco contra os direitos iguais para as mulheres por afirmar que elas são fisicamente inferiores aos homens. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 11 abr. 2023.

academicamente, e até mesmo sua atitude frente à sociedade. Por isso, o movimento feminista foi e é importante, somando-se à luta pelos direitos, ao enfrentamento de questões naturalizadas na e pela sociedade. Trata-se de um movimento para além do gênero em si, também pela mobilização e compreensão resultantes de condições/atribuições sociais para determinado gênero. Nessa perspectiva, Costa cita S. Álvarez.

O movimento feminista, apesar de inserir-se no movimento mais amplo de mulheres, distingue-se por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e ao Estado, e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não-existência de esferas de decisões hierarquizadas (Álvarez, 1990, p. 23 apud Costa, 2005, p. 2).

Isto posto, compreende-se que o feminismo não corresponde apenas a uma única pauta, mas a um amplo e complexo movimento em busca do reconhecimento de direitos que, quando conquistados e/ou concedidos, indicam que desafios surgirão. Ademais, visa também à superação em decorrência dos aspectos sociais, culturais e ideológicos que historicamente atribuíram o “feminino” como adjetivação para explicar a fragilidade de um gênero/sexo biológico. Como expõe Lerner (2022), na obra “A criação da consciência feminista - A luta de 1200 anos das mulheres para libertar suas mentes do pensamento patriarcal”, Aristóteles (384 a. C – 322 a. C.) naturalizou as mulheres como submissas aos homens, afirmando que socialmente um domina e outro é dominado. Com isso, atribuiu à mulher uma posição de menos que humano: “A mulher é, em suas palavras, ‘por assim dizer, um macho mutilado’.” (Lerner, 2022, p. 27).

Conforme citado acima, é possível perceber que, ao longo da História, as mulheres foram subjugadas e/ou invisibilizadas de maneira que o patriarcado e a misoginia ainda estão presentes na sociedade. Por isso, o feminismo se fez e se faz fundamental diante das lutas das mulheres para alcançar espaços públicos e poder ocupá-los.

Ondas do feminismo: sentidos em movimentos históricos e sociais

Para início da discussão proposta neste capítulo, busca-se elucidar a compreensão do surgimento do feminismo no Brasil, os aspectos relativos ao termo “ondas” do feminismo e o porquê desta nomenclatura para caracterizar um movimento no país e no mundo. Há um consenso de que o feminismo no Brasil surgiu com o movimento das mulheres na luta pelo direito à educação feminina ainda no período imperial. A precursora feminista do país foi Nísia

Floresta Augusta (1810-1885), ao fundar a primeira escola para meninas, tida como revolucionária por ensinar línguas e ciências para meninas ⁶.

A luta pelo direito à educação das mulheres foi apenas um dos motivos pelos quais elas passaram a reivindicar seu espaço social. Após essa conquista, outras pautas começaram a ser apresentadas, relacionadas à equidade de direitos entre homens e mulheres, tais como: direito ao voto, trabalho em espaço público, acesso à política, etc. Assim, iniciou-se o processo conhecido mundialmente por ondas do feminismo.

Carvalho (2021) apresenta que nos estudos atuais há um consenso, estabelecendo três ondas feministas, mesmo que haja debates sobre uma possível quarta onda. Para adentrar mais especificamente, explicita os sentidos do termo “onda”, ora pelo viés da Física, em quais ondas podem ser encontradas em diversos lugares, como ondas do mar ou ondas sonoras; ora pelo viés dos estudos sociais que compreende ondas como momentos que surgiram de acontecimentos anteriores a elas. E mais, não existe um movimento que surja do nada, ou seja, sempre há questões a serem discutidas e lutas a serem vencidas. No feminismo, as mudanças também ocorrem conforme o espaço/tempo, explica Costa:

Na verdade, vem mudando cotidianamente, a cada enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, em uma dinâmica impossível de ser acompanhada por quem não vivencia suas entranhas. No movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz (Costa, 2005, p. 1).

Desta forma, as ondas do movimento feminista surgiram para colocar em pauta as necessidades sociais que estavam sendo questionadas, principalmente a equidade de direitos entre os gêneros considerada o estopim para a primeira onda, marcada pela luta do direito das mulheres ao voto.

A primeira onda do movimento feminista: direitos sociais, políticos e econômicos

A primeira onda feminista, ou feminismo de primeira onda, surge com a luta das mulheres em países europeus e nos Estados Unidos da América. Moura (2018) afirma que nestes países a luta feminina teve por base ideais como igualdade, oriundo da Revolução Francesa, em 1789. Outro marco fundamental para que a luta feminista ocorresse foi a

⁶ Em fevereiro de 1838, já no Rio de Janeiro, Nísia Floresta fundou o Colégio Augusto, uma escola para meninas que ficou conhecido como revolucionário por ensinar matérias como português, latim, geografia, história e línguas estrangeiras, além dos trabalhos manuais. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/historia-de-nisia-floresta-e-contada-em-exposicao#:~:text=Escola%20revolucion%C3%A1ria,estrangeiras%2C%20al%C3%A9m%20dos%20trabalhos%20manuais>. Acesso em: 03 abr. 2023.

Revolução Industrial, período no qual as mulheres saíram do espaço doméstico (privado) e fossem trabalhar nas fábricas

[...] o rompimento com o isolamento doméstico trazido pela Revolução Industrial e os trabalhos femininos fabris, juntamente com os ideais de igualdade circulantes no período, levaram as mulheres a perceberem a exploração e a opressão em que viviam (Moura, 2018, p. 66).

Esta primeira fase (onda) do movimento feminista tinha por centralidade a reivindicação das mulheres em relação aos direitos políticos, sociais e econômicos, ou seja, elas buscavam o direito de se eleger e votar, trabalhar de forma remunerada, estudar e ter herança e propriedade tal como os homens. De acordo com Moura (2018), a América Latina percebeu o movimento nos países europeus e nos EUA. Então, consolidou-se a introdução no Brasil do que ficou conhecido como primeira onda feminista no século XIX com Nísia Floresta

[...] Nísia Floresta é importante principalmente por ter colocado em língua portuguesa o clamor que vinha da Europa, e feito a tradução cultural das novas idéias para o contexto nacional, pensando na mulher e na história brasileira (Duarte, 2003, p. 154).

A partir disso, outras mulheres tornaram-se protagonistas da luta nesta primeira onda. Em acordo com Caetano (2017), as mulheres da classe trabalhadora anarquistas, lideradas por Bertha Lutz (1894-1976), que era bióloga e cientista da época, propagaram o que ficou conhecido como sufrágio, ou, a luta pelo direito ao voto feminino no Brasil. As sufragistas, mulheres majoritariamente de classe alta e brancas, que participaram no século XIX pela luta do direito ao voto feminino, fizeram um movimento que ficou marcado na História. Para uma primeira onda, elas causaram uma inundação social (Carvalho, 2021), que, em seu conjunto, reverberou na conquista do direito ao voto no Brasil em 1932, mas não assumiu pautas/necessidades emergentes, como as de origem racial e de classe.

Ademais, outra característica fundamental desta onda foi o que Ana Costa (2005) denominou de “feminismo bem-comportado”, que mantinha o conservadorismo na reprodução sexual dos papéis de gênero. Dessa forma, as mulheres reiteraram e se apropriaram desses “papéis do feminino” para adentrar no mundo do trabalho, como, por exemplo, a virtude da maternagem⁷ e tarefas domésticas resultaram no ingresso delas no Magistério. O aumento de maneira significativa de mulheres no magistério do Brasil, a partir do século XIX, mais

⁷ O termo maternagem é utilizado em áreas como a Psicologia e a Enfermagem para designar o cuidado de mães ou outros cuidadores com crianças sob sua responsabilidade (Souza, 2021).

precisamente no século XX, caracterizou historicamente o ensino como profissão de mulheres, pois

Desde o século XIX, os homens vão abandonando as salas de aula nos cursos primários e as Escolas Normais vão formando mais e mais mulheres. No final da década de 1920 e início da de 1930, a maioria do magistério primário já era feminina. Em 1920, o Censo Demográfico indicava que 72,5% do conjunto do professorado brasileiro do ensino público primário era composto por mulheres e, entre o total de docentes, sem distinção de graus de ensino, as mulheres somavam 65% (Vianna, 2002, p. 165).

Este fenômeno ficou marcado historicamente como “feminilização”, que significa o aumento do sexo feminino na disposição de mão de obra em uma determinada profissão, como descreve Yannoulas (1992). Também, concomitantemente à feminilização, houve outro processo que a autora descreve como sendo a “feminização”, corresponde às transformações de uma determinada profissão devido à feminilização, transformando a profissão em um cenário feminino predominante na época.

As mulheres encontraram nesta primeira onda do feminismo uma forma de serem escutadas, de alcançarem direitos e indicaram sentir que precisavam ecoar juntas essas vozes para demonstrar que estavam vivas.

A segunda onda e o trabalho doméstico: naturalização da vocação

A segunda onda do movimento feminista deu-se no Brasil para romper e questionar o conservadorismo e autoritarismo da década, já que o Estado Civil e Militar⁸ fazia-se presente naquele cenário histórico. Melo e Schumacher argumentam:

Foi nesse contexto de crise da democracia, mas também de construção de novos modelos sociais, que emergiu o feminismo organizado dos anos 1970. A nova onda feminista, se por um lado lutou contra a ditadura militar, por outro lutou também contra a supremacia masculina, a violência sexual e pelo direito ao prazer (Melo; Schumacher, s.d., p. 01).

Assim, a movimentação pelos direitos das mulheres não era mais para torná-las protagonistas em cenários públicos, mas visando a retirar do privado o que para elas deveria ser político, originando o *slogan* da segunda onda feminista escrito por Carol Hanisch: “O pessoal

⁸ De acordo com Lara e Silva (2015), o golpe de 1º de abril de 1964, contra o então Presidente João Goulart foi um momento em que o conservadorismo da alta hierarquia travancou o avanço das forças populares, visto que o Presidente da época valorizava os direitos trabalhistas e defendia as reformas de base. Ainda para os autores, o Estado Civil Militar agiu “por meio da violência, os setores reacionários atuaram com prisões de lideranças, torturas, assassinatos, expulsão de líderes esquerdistas do país e intervenção em sindicatos”.

é político”. O *slogan* foi fundamental para a compreensão de que os corpos das mulheres não eram propriedades dos homens e que elas não deveriam ser vistas como objetos de reprodução da espécie. Com isso, resultados destas questões começaram a surgir, como o início do comércio das primeiras pílulas anticoncepcionais no Brasil em 1962. Ainda, como afirma Costa (2005), nas propagandas de televisão da época, não eram mais somente em programas de culinária ou maternidade que as mulheres estavam sendo representadas, também em temáticas jamais pensadas anteriormente como: sexualidade das mulheres, orgasmo feminino, violência doméstica, etc. Já no cenário educacional, debates surgiram como a dupla jornada de trabalho das mulheres e a concorrência delas entre ser mãe (a mulher “do lar”), e trabalhar nas escolas. Estes debates começaram a ser pautados devido ao fato que, principalmente a partir dos anos 1970, no Brasil, as mulheres consolidaram seu espaço como maioria no ensino da Educação Infantil e paulatinamente tornaram-se maioria na regência da Educação Básica.

Porém, percebe-se que, entre avanços e retrocessos, ao passo que o grau de escolarização aumentava, a quantidade de mulheres diminuía. Esta era uma questão importante, visto que a revogação das feministas nos anos 1980 estava relacionada a questões como o fato de elas serem maioria na Educação Básica, mas minoria no Ensino Superior, ainda que em guetos “femininos” como a Educação e áreas como as Ciências Humanas elas tenham consolidado o seu espaço, se tornando maioria (Araújo, 2016).

A terceira onda feminista: elas são mais escolarizadas que eles e a possível quarta onda do movimento

A terceira onda compreende o momento de pluralização da luta em que as mulheres passaram a analisar diferentes contextos dos sujeitos feministas. Emergiu o debate que, não apenas o gênero se torna o centro da luta feminista, pois ele por si só não correspondia à totalidade de causas atreladas ao feminismo como raça e classe. Dessa forma, reconhecer os diferentes sistemas hegemônicos de opressão e lutar contra eles se tornou o movimento conhecido como o feminismo interseccional. Esse, além de analisar o tripé classe, raça e gênero como constituintes de uma mesma história, não hierarquizava as opressões, mas lutava contra todas estas formas

[...] observa-se que os direitos contra a discriminação interseccional já existem, ou seja, o direito à não-discriminação por si só já engloba o direito à não-discriminação qualificada por quaisquer outros marcadores de opressão; mas que estas questões frequentemente tendem a ser invisibilizadas com bases em paradigmas de hegemonia (Caetano, 2017, p. 23).

Ainda, o movimento avançou ao ponto em que a política partidária no Brasil, até mesmo a direita, incorporou os Departamentos Femininos e iniciou o processo de pensar nas demandas das mulheres, inserindo-as nos partidos políticos. Entretanto, não foi simples a batalha para consolidar a escuta e as decisões para atitudes frente às pautas do movimento feminista, assim como demandas relacionadas à equidade de gênero. Para isso, como afirma Costa:

Através de uma ação direta de convencimento dos parlamentares, que ficou identificada na imprensa como o lobby do batom, o movimento feminista conseguiu aprovar em torno de 80% de suas demandas, se constituindo no setor organizado da sociedade civil que mais vitórias conquistou. A novidade desse processo foi a atuação conjunta da chamada “bancada feminina”. Atuando como um verdadeiro “bloco de gênero”, as deputadas constituintes, independentemente de sua filiação partidária e dos seus distintos matizes políticos, superando suas divergências ideológicas, apresentaram, em bloco, a maioria das propostas, de forma suprapartidária, garantindo assim a aprovação das demandas do movimento (Costa, 2005, p. 7).

As mulheres passaram a alcançar ocupações nunca antes vistas, seja em espaços públicos, tal como em profissões e/ou cargos de gestão, ainda que de forma paulatina. O ano de 1990 ficou marcado pelo aumento considerável de professoras nas universidades do Brasil. Devido aos guetos feminizados e à mudança de cenário relacionado à pesquisa, elas ultrapassaram os homens em bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES de mestrado e doutorado, sendo elas 195 mil matriculadas de um total de 364 mil estudantes (Brasil, 2020). Entretanto, é necessário reiterar que, na docência do Ensino Superior, elas são minoria. Backes; Thomaz; Silva (2016) apontam:

O censo da Educação Superior de 2012 (INEP, 2012) mostra que do número total de docentes, em exercício e afastados, das Instituições de Ensino Superior do Brasil somam um total de 378,939. Sendo que 207.342 são do sexo masculino, enquanto as mulheres somam apenas 171.597 nas IES. Mesmo com a inserção das mulheres no ensino superior brasileiro esses dados refletem, do ponto de vista das relações de gênero, como as preferências quanto à escolha das carreiras profissionais foram se construindo ao longo do processo de escolarização dos sujeitos femininos e masculinos (Backes; Thomaz; Silva, 2016).

É sabido que, ao passo que o grau de escolarização aumenta, a quantidade de mulheres diminui, mas algumas mudanças no cenário social sobre gênero que envolve especificamente o feminino estão acontecendo. Para explicar essas transformações é necessário pautar o debate sobre as tecnologias e as ferramentas digitais, pois é a partir delas que as “[...] ideias feministas antes restritas a pequenos grupos tomam grandes proporções” (Perez; Ricoldi, 2019, p. 8-9).

Por isso, há um debate em voga sobre a possibilidade de uma quarta onda do movimento feminista em vigor.

Trabalho pedagógico: o trabalho das professoras

O Trabalho Pedagógico (TP), neste estudo, foi pensado e sistematizado de acordo com a revisão bibliográfica e o debate com a literatura acerca da temática, tendo em vista a compreensão de Fuchs, Braido e Ferreira (2022), que entende o trabalho pedagógico como categoria/conceito de análise. Para tornar mais clara a explicação sobre o TP, desenvolveu-se uma representação gráfica com palavras-chave que caracterizam a ocorrência dele, são elas: intencionalidade, historicidade, didática, política, organização, metodologia, trabalho, pedagógico, saberes socializados, escola, sujeitos e linguagem. Ao centro, há “produção do conhecimento”, que é o objetivo do trabalho pedagógico, ou seja, para de fato ocorrer a produção do conhecimento, são necessárias cada uma destas condições citadas que, ao fim e ao cabo, compõem o trabalho pedagógico, conforme apresentado na Figura 1:

Figura 1 – Representação gráfica das palavras-chave para a ocorrência do T.P.



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Ferreira (2018).

Ao analisar as palavras-chave ao redor do centro na imagem acima, compreende-se que estas são algumas das características fundamentais para a realização do Trabalho Pedagógico, tendo em vista que um dos *locus* para a realização efetiva dele é a *escola*. Ferreira (2018) afirma haver um projeto pedagógico institucional e um projeto pedagógico individual dos (as) professores (as). Desse modo, o *trabalho* dos (as) professores (as), cuja finalidade é produzir

conhecimento tem uma *organização, é planejado, denotando metodologia* amparada nos projetos pedagógico individual e institucional, assim

Denomina-se essa elaboração de projeto pedagógico individual, mas entende-se ser dialeticamente construído entre o individual e o coletivo, referendando-se e consubstanciando-se coletivamente. Por assim ser, a originalidade desse projeto é relativa; uma vez que resulta de uma historicidade, é substrato cultural, porém, é assumida por um sujeito em meio ao grupo também historicamente construído e cujo trabalho se produzirá no entremeio de suas crenças e a com-vivência. Portanto, a originalidade está nas escolhas reiteradamente realizadas. Daí seu caráter eminentemente político (Ferreira, 2018, p. 602).

Ademais, para Ferreira (2017), o T.P. possui uma *historicidade* e produz historicidade por meio da linguagem, seja em sala de aula ou fora dela quando acontece a socialização de saberes entre os sujeitos envolvidos neste processo. Nas palavras da autora: “Tendo por base essa concepção geral, trabalho pedagógico é o trabalho de *sujeitos* que, ao realizá-lo, produzem historicidade e se autoproduzem”. É fundamental reiterar, através dos argumentos de Libâneo (2001), que Pedagogia e *Didática* não são sinônimos, mas elementos que se complementam para a realização do trabalho dos (as) professores (as):

O didático se refere especificamente à teoria e prática do ensino e aprendizagem, considerando o ensino como um tipo de prática educativa, vale dizer, uma modalidade de trabalho pedagógico. Dessa forma, o trabalho docente é pedagógico porque é uma atividade intencional, implicando uma direção (embora nem todo trabalho pedagógico seja trabalho docente) (Libâneo, 2001, p. 9).

Entende-se que o trabalho pedagógico acontece por meio dos *saberes socializados* através da linguagem entre sujeitos, inseridos social, *política* e economicamente. Quando isso ocorre e há a intencionalidade de produzir conhecimento é que se torna trabalho pedagógico, por isso entende-se que o trabalho pedagógico é realizado por excelência pelos (as) professores (as).

Sabendo-se dessas características, é possível entender como o feminino se produz e se coaduna à educação escolar. Até bem pouco tempo, às mulheres eram atribuídas características que favoreciam a educação escolar. Por exemplo, se fossem mães tinham características apropriadas ao trabalho com a infância. Entretanto, o avanço do acesso às licenciaturas como condição para trabalhar como professora, exigido pela LDB 9394/96 exige alteração nesse tipo de raciocínio. As professoras passam a ser observadas como trabalhadoras pedagógicas (Ferreira, 2017).

É nesse contexto que o trabalho feminino das professoras passa a se cientificizar, ou seja, exige um planejamento em acordo com concepções teóricas e metodológicas claras e fundamentadas; necessita uma finalidade centrada na produção do conhecimento; e tudo isso coloca as mulheres no centro do processo educacional, não mais como detentoras de características da vida familiar, mas como sujeitos do trabalho pedagógico.

Assim, a inserção das mulheres, no início desse século, pensada no caso das mulheres-professoras como característica presente no trabalho pedagógico já não é mais uma decorrência do social, mas se torna política, cultural, sociológica etc. Isto porque, conforme já se mencionou, trabalho pedagógico como descrição do trabalho das professoras converte-se em potencializador de seus fazeres, dando-lhes o lugar de trabalhadoras pedagógicas, como participantes e empenhadas na produção do conhecimento escolar.

Foi nesta centralidade o estudo sistematizado neste trabalho, com enfoque no debate sobre a educação e o “feminino” como adjetivação atribuída historicamente ao gênero. O “feminino” utilizado como ferramenta de opressão ao colocar em outros sujeitos, tempos e espaços, reiterando a dificuldade da equidade de direitos entre homens e mulheres, na contemporaneidade converte-se em vetor de reconhecimento e rearticulação da posição social das mulheres-professoras como trabalhadoras pedagógicas.

Considerações finais

As análises propostas neste estudo objetivaram compreender e/ou elucidar o histórico processo das ondas do feminismo e de que forma este movimento acarretou no processo de feminização e feminilização do trabalho pedagógico, entendendo este como a categoria do trabalho dos (das) professores (as). Algumas hipóteses foram elaboradas ao longo da produção, análise e sistematização dos dados para responder à problematização da pesquisa.

Assim, ao retomar o fundamento teórico-metodológico da AMS, os sentidos evidenciados foram: a) gênero é uma construção social e juntamente a esta construção surgiram atribuições às mulheres em tempos e espaços que até hoje seguem reproduzidos pelo patriarcado. Entretanto, ao considerar mulheres como centralidade neste estudo, percebe-se que, além de dominarem estes espaços, elas visam paulatinamente a ocupar aqueles que não lhes foram historicamente atribuídos; b) As ondas do movimento feminista no Brasil ressoaram resultados em diferentes cenários, ainda que a Educação não fosse à centralidade da luta nas três (possível quatro) ondas, foi durante as reivindicações nelas que as mulheres conseguiram

garantir a sua inserção, mesmo que não completa ainda, mas seguem buscando em conjunto com a equidade direitos; c) Ocorreu o processo de feminilização, paulatinamente, no Ensino Superior e em áreas tidas como masculinas na História; d) O movimento feminista apresenta que a onda seguinte tenta suprir demandas que a onda anterior não conseguiu e amplia questões que passam a surgir. Dessa forma, a possibilidade de uma quarta onda do feminismo faz-se importante no debate acerca da luta pelos direitos das mulheres, pois o cenário histórico está em constante transformação.

A feminilização/feminização do magistério na primeira onda do feminismo realocou as mulheres no cenário social da época, tendo em vista que de “donas do lar” passam a ensinar fora de suas casas. Ainda que a primeira onda do feminismo não tenha sido desta maneira intitulada, compreende-se que para o desenvolvimento do trabalho pedagógico das mulheres ela foi essencial, pois o foco foi a Educação de meninas. Por outro lado, a segunda onda não foi demarcada com esse escopo, mas as transformações da conjuntura da época fizeram com que a sociedade naturalmente reconhecesse as mulheres como professoras. E a terceira onda, seguida de uma possível quarta onda, demarca não apenas a luta feminina, mas o que ronda o cenário de anos de patriarcado e opressão.

Resultante desse processo, as mulheres-professoras, quando direcionam seus fazeres e os descrevem como trabalho pedagógico, encontram meios político e socialmente críticos, vetores de uma potencialização da inserção do feminino, na medida em que realoca os sujeitos, dando-lhes lugares de trabalhadoras pedagógicas. Nesse sentido, a escolha de trabalho pedagógico para descrever o que fazem atribui a essas trabalhadoras, em meio a sua luta por estabilização e respeito por seu lugar social, potência e força política.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, S. S. Presença de docentes femininas no Ensino Superior no Brasil de 1990 a 2005. *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. HISTÓRIA E DEMOCRACIA: POSSIBILIDADES DO SABER HISTÓRICO*, 13., 2016, Coxim, MS. **Anais [...]**. Coxim, MS, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1479604881_ARQUIVO_Docenciafemininanoensinosuperior.pdf. Acesso em: 04 fev. 2021.
- BACKES, F. V.; THOMAZ, R. J; SILVA, F. F., Mulheres docentes no Ensino Superior: problematizando questões de gênero na Universidade Federal do Pampa. **Cadernos de Educação Tecnologia e Sociedade**, Inhumas, v. 9, n. 2, p. 166-181, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/277416788.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Mulheres são maioria entre bolsistas de mestrado e doutorado no Brasil**. Brasília, DF: MEC, 2020.
- CAETANO, I. F. **O feminismo brasileiro: uma análise a partir das três ondas do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade**. Rio de Janeiro, EMERJ, 2017. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/genero_e_direito/edicoes/1_2017/pdf/DesIvoneFerreiraCaetano.pdf. Acesso em: 15 maio 2023.
- CARVALHO, Diogo Vitto. O que é feminismo? 3ª onda. **Aeroplano**, São Paulo, 2021, p. 43 - 44.
- COSTA, A. A. A. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política**. UFF, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31137>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/6fB3CFy89Kx6wLpwCwKnqfS/?format=pdf&lang=pt#:~:text=E%20N%C3%ADsia%20Floresta%20%C3%A9%20importante,mulher%20e%20na%20hist%C3%B3ria%20brasileira>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- FERREIRA, L. S.; BRAIDO, L. S.; DE TONI, D. L. P. Pedagogia nas produções acadêmicas da Pós-Graduação em Educação no RS: análise dos movimentos de sentidos. **Revista Cocar**, UEPA, v. 08, jan./abr. 2020, p. 146–164.
- FERREIRA, L. S. **Trabalho pedagógico na escola: sujeitos, tempos e conhecimento**. Curitiba: Editora CRV, 2017.
- FERREIRA, L. S. Trabalho pedagógico na escola: do que se fala. **Educação e Realidade**, v. 43, n. 2, 2018. p. 591-608.

FUCHS, M.; BRAIDO, L.; FERREIRA, L. Uma historicidade do conceito/categoria trabalho pedagógico. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 7, e32911730176, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/30176/25915/344066>. Acesso em: 15 out. 2023.

HOOKS, B. **Não sou eu uma mulher**. Mulheres negras e feminismo. por Bell Hooks 1ª edição 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto, 2014. Disponível em https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf. Acesso em 22 out. 2022.

LARA, R.; SILVA, M. A. da. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/NGwM4fhVhW4rhdnTNXZhpmm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 abr. 2023.

LERNER, G. **A criação da consciência feminista**: a luta de 1.200 anos das mulheres para libertar suas mentes do pensamento patriarcal. São Paulo: Cultrix, 2022.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Disponível em: http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos_17/libaneo.pdf. Acesso em: 06 jun. 2023.

MELO, H. P. de.; SCHUMAHER, S. **A Segunda onda no Brasil**, [S. d.]. Disponível em: http://www.mulher500.org.br/wp-content/uploads/2017/06/3_A-segunda-onda-feminista-no-Brasil.pdf. Acesso em: 14 de out. 2022.

MOURA, N. A. **A primeira onda feminista no Brasil**: uma análise a partir do jornal “A Família” do século XIX (1888-1894). 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/praca/article/download/241600/32722>. Acesso em: 14 out. 2022.

OYĚWÙMÍ, O. **Conceituando o gênero**: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms*. CODESRIA Gender Series, v. 1, Dakar, CODESRIA, 2004.

PRIBERAM. **Dicionário Priberam**. Página inicial. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

PEREZ, O. C.; RICOLDI, A. M. A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. *In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA (ALACIP)*, 10., 2019, Monterrey. **Anais [...]**. Monterrey, 2019.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 14 out. 2022.

SOUZA, A. L. F. **Maternagem**: conceito e prática. [S. l.: s. n.], 2021.

VIANNA, C. Contribuições do conceito de gênero para a análise da feminização do magistério no Brasil. *In*: CAMPOS, M. C. S. de S.; SILVA, V. L. G. da. (org.). **Feminização do magistério**: vestígios do passado que marcam o present. São Paulo: Edusf, 2002. p. 39-67.

YANNOULAS, S. C. Acerca de como las Mujeres Llegaron a ser Maestros (América Latina, 1870-1930). **R. bras. Est. Pedag.**, Brasília, DF, v.73, n. 175, p. 497-521, set./dez. 1992.

ZIRBEL, I. Ondas do Feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, v. 7, n. 2, 2021, p. 10-31. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2021/03/Ondas-do-Feminismo.pdf>. Acesso em: 23 set. 2023.

Reconhecimentos: Não se aplica.

Financiamento: Não se aplica.

Conflitos de interesse: Não há.

Aprovação ética: Não passou por comitê.

Disponibilidade de dados e material: Poderão ser utilizados após a publicação, referenciando os/as autores/as.

Contribuições dos autores: Luisa Palma Menezes: Produção dos dados, leitura e seleção de artigos para a revisão de literatura, escrita do texto. Liliana Soares Ferreira: Produção dos dados, orientação do estudo, escrita e correção no texto.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

